

***Concessionária de Rodovias do
Interior Paulista S.A. - Intervias***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*

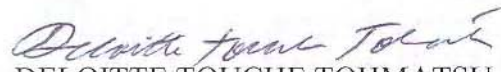
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

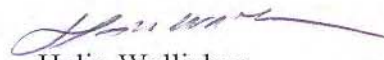
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias
Araras - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 17 de janeiro de 2008


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº. 1 SP 130122/O-0

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2007		2006		PASSIVO	Nota explicativa	2007		2006	
		2007	2006	2007	2006			2007	2006		
CIRCULANTE											
Caixa e bancos		2.018	4.544	Emprestimos e financiamentos				(8)	20.215	16.917	
Aplicações financeiras		15.920	6.612	Fornecedores					4.844	11.829	
Contas a receber	(3)	8.210	7.584	Fornecedores - empresas ligadas				(9)	510	17.720	
Despesas antecipadas		470	539	Salários e encargos sociais					3.133	3.330	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ágio amortizado	(4)	1.898	1.898	Impostos e contribuições a recolher				(10)	5.245	5.515	
Outras contas a receber - empresas ligadas	(9)	1.330		Provisão para contingências				(11)	1.768	1.421	
Outros		730	956	Credores pela concessão				(11)	5.332	5.024	
Total do circulante		30.576	22.133	Dividendos propostos				(12)	8.677	29.959	1
				Outras contas a pagar					49.724	91.716	
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo:				Total do circulante							
Aplicações financeiras	(8)	4.026	4.085	NÃO CIRCULANTE							
Contrato de mútuo		14.379	13.065	Exigível a longo prazo:							
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ágio amortizado	(4)	4.747	6.645	Emprestimos e financiamentos				(8)	150.366	56.613	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4)	601	483	Credores pela concessão				(11)	54.432	55.077	
Imobilizado	(6)	307.673	319.252	Contrato de mútuo				(9)		10.638	
Intangível	(7)	35.007	45.009	Total do não circulante					204.798	122.328	
Total do não Circulante		366.433	388.539	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS							
				Uso da faixa de domínio					292	278	
				Total do resultado de exercícios futuros					292	278	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
				Capital subscrito					108.710	108.710	
				Capital social a integralizar					(558)	(558)	
				Capital social integralizado					108.152	108.152	
				Reserva legal					8.014	5.908	
				Lucros acumulados					26.029	82.290	
				Total do patrimônio líquido					142.195	196.350	
TOTAL DO ATIVO		397.009	410.672	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					397.009	410.672	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Expressas em milhares de reais - exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		198.123	184.878
Outras receitas operacionais		3.054	2.930
Total		<u>201.177</u>	<u>187.808</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(17.527)	(16.358)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>183.650</u>	<u>171.450</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(87.160)	(85.310)
LUCRO BRUTO		<u>96.490</u>	<u>86.140</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(22.179)	(15.514)
Despesas tributárias		(1.267)	(1.056)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>73.044</u>	<u>69.570</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		3.252	3.595
Despesas financeiras		(16.893)	(14.531)
		<u>(13.641)</u>	<u>(10.936)</u>
LUCRO OPERACIONAL		59.403	58.634
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.136	46
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>60.539</u>	<u>58.680</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(4)	(16.638)	(18.312)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(4)	(1.780)	8.148
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>42.121</u>	<u>48.516</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		<u>9,75</u>	<u>11,23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

(Expressas em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social <u>subscrito</u>	Capital social <u>a integralizar</u>	Capital social <u>integralizado</u>	Reserva <u>legal</u>	Lucros <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005							
Aumento de capital	(1)	51.979	(51.979)				
Integralização de capital	(1)		51.979	51.979		48.516	51.979
Lucro líquido do exercício					2.426	(2.426)	48.516
Constituição de reserva legal						(29.959)	(29.959)
Dividendos propostos							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		108.710	(558)	108.152	5.908	82.290	196.350
Lucro líquido do exercício	(12)					42.121	42.121
Constituição de reserva legal	(12)				2.106	(2.106)	
Dividendos propostos	(12)					(8.677)	(8.677)
Dividendos distribuídos	(12)					(82.290)	(82.290)
Juros sobre capital próprio	(12)					(5.309)	(5.309)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		108.710	(558)	108.152	8.014	26.029	142.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Expressas em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ORIGENS DE RECURSOS			
Das Operações:			
Lucro líquido do exercício		42.121	48.516
Itens que não afetam o capital circulante líquido:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.780	(6.250)
Depreciações e amortizações		56.889	52.730
Variação monetária e juros do exigível a longo prazo		3.703	4.663
Baixa de imobilizado		674	183
Total da operações		<u>105.167</u>	<u>99.842</u>
Recursos de outras fontes:			
Diminuição do realizável a longo prazo			916
Dos acionistas:			
Integralização de capital	(1)		51.979
De terceiros:			
Empréstimos e financiamentos		111.148	168
Uso da faixa de domínio		14	
Total das origens		<u>216.329</u>	<u>152.905</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Adições ao ativo imobilizado		35.982	53.063
Adições ao ativo diferido			50.010
Aumento do realizável a longo prazo		1.255	
Diminuição do exigível a longo prazo			4.553
Pagamento de contrato de mútuo		10.870	16.924
Uso da faixa de domínio			3
Distribuição de lucros acumulados			
Dividendos propostos	(12)	82.290	
Pagamento de juros sobre capital próprio	(12)	8.677	29.959
Pagamento de juros sobre capital próprio	(12)	5.309	
Transferência do exigível a longo prazo para curto prazo		21.511	21.077
Total das aplicações		<u>165.894</u>	<u>175.589</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>50.435</u>	<u>(22.684)</u>
REPRESENTADO POR:			
Aumento do ativo circulante		8.443	6.863
Aumento (diminuição) do passivo circulante		(41.992)	29.547
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>50.435</u>	<u>(22.684)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Expressas em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2.000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP nº. 19/CIC/98.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº. 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi;
- Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão.

A Sociedade tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os investimentos para atender os compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$ 130 mil e R\$ 144 mil, respectivamente.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006 foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data base de 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda. com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio cindido absorvido pela Sociedade é de R\$ 51.979 e foi vertido em aumento de capital da Concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Concessionária são as seguintes:

	<u>2006</u>
Investimento na controlada	141.013
Saldo de ágio na aquisição do investimento referido acima	50.010
Créditos incorporados - Juros sobre o capital próprio	<u>1.969</u>
Sub total - Parcela do acervo líquido cindido	192.992
Valor do investimento na controlada na data base da cisão	<u>(141.013)</u>
Valor cindido e incorporado	<u>51.979</u>

Adicionalmente o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data base da cisão, controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real - Lalur da controladora, no montante de R\$ 9.492, foi registrado no ativo da incorporadora na rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis pela Concessionária. Atendendo o previsto na legislação fiscal, esse ativo esta sendo amortizado a razão de 20% ao ano.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Sociedade podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) Intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;
- Obrigatoriedade da Sociedade analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Sociedade os benefícios, riscos e controle dos bens.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Sociedade ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.1. Aplicações financeiras

São demonstradas pelo valor de aplicação acrescido do rendimento auferido até a data do balanço.

2.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas divulgadas na nota explicativa nº. 5, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

2.3. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição (incorporação) e amortizado de acordo com a taxa divulgada na nota explicativa nº. 6.

2.4. Empréstimos e financiamentos

São contabilizados pelo valor original acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até a data do balanço.

2.5. Credores pela concessão

Correspondente, preponderantemente, às parcelas fixas, contabilizadas ao valor original acrescido da atualização monetária incorrida até a data do balanço.

2.6. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão sendo apurados e registrados com base no resultado, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado trimestralmente à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real trimestral excedente a R\$ 60. A contribuição social foi calculada trimestralmente com base na alíquota de 9%. São registrados, imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias entre os livros societários e os fiscais.

2.8. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisões para contingências fiscais e trabalhistas, e depreciação.

2.9. Lucro líquido por ação

É calculado com base no número de ações integralizadas até a data do balanço.

3. CONTAS A RECEBER

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam representados por:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Pedágio eletrônico a receber	7.561	7.043
Cartões de pedágio a receber	565	463
Outros	<u>84</u>	<u>78</u>
Total	<u>8.210</u>	<u>7.584</u>

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Alíquotas

As alíquotas vigentes para os períodos são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, perfazendo 34%.

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	60.539	58.680
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda calculado à alíquota vigente	(20.583)	(19.951)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Provisão para contingências	118	395
Constituição (amortização) de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre ágio amortizado	(1.898)	8.148
Diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio pagos	1.805	
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre ágio amortizado	1.898	949
Outros	<u>242</u>	<u>295</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(18.418)</u>	<u>(10.164)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(16.638)	(18.312)
Diferido	<u>(1.780)</u>	<u>8.148</u>
Total	<u>(18.418)</u>	<u>(10.164)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo, são representados por:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Incorporação (i)	6.645	8.543
Diferenças temporárias - provisão para contingências	<u>601</u>	<u>483</u>
Total	<u>7.246</u>	<u>9.026</u>
Ativo circulante - sobre ágio amortizado	1.898	1.898
Ativo não circulante - sobre ágio amortizado	4.747	6.645
Ativo não circulante - sobre diferenças temporárias	<u>601</u>	<u>483</u>
Total	<u>7.246</u>	<u>9.026</u>

(i) O montante, líquido de amortização acumulada, de R\$ 6.645 (R\$ 1.898 no ativo circulante e R\$ 4.747 no ativo não circulante), foi gerado através do processo de incorporação mencionado na nota explicativa nº. 1 e está sendo amortizado em 60 meses conforme previsto na legislação fiscal.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos registrados no ativo não circulante referem-se à garantia definida no contrato com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (nota explicativa nº. 8), garantia essa mantida por valor equivalente a três parcelas do montante do principal, incluindo os juros definidos no contrato de financiamento, ou alternativamente, duas parcelas, no caso de garantia prestada através de fiança bancária.

6. IMOBILIZADO

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estavam representados por:

	<u>2007</u>			<u>2006</u>	
	<u>Taxas média anual de depreciação %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação e amortização acumulada</u>	<u>Imobilizado líquido</u>	<u>Imobilizado líquido</u>
Imobilizado Transferido:					
Serviços Iniciais	5,26	873	352	521	567
Obras de Arte Especiais	10,12	12.666	9.611	3.055	4.337
Sinalização e Segurança	35,00	872	872		
Pavimentação	14,21	10.919	10.665	254	1.125
Recomposição Ambiental	10,00	1.747	1.310	437	611
Obras Complementares	8,33	2.184	1.383	801	983
Terraplanagem	5,44	14.413	6.117	8.296	9.070
Em operação:					
Imobilizado em Rodovia - Obras e Serviços	9,14	277.912	79.221	198.691	145.093
Pavimento e Recapeamentos	20,43	182.372	117.143	65.229	115.911
Equipamento Mobiliário	14,78	2.637	1.373	1.264	943
Instalações	19,76	11.402	9.457	1.945	2.122
Desapropriações	4,84	13.071	2.777	10.294	10.203
Software	20,00	790	404	386	335
Conjunto de Defensas	18,35	12.493	8.690	3.803	2.990
Outras imobilizações	29,13	5.644	2.756	2.888	1.277
Em andamento:					
Imobilizações em andamento		<u>9.809</u>	-	<u>9.809</u>	<u>23.685</u>
Total do Imobilizado		<u>559.804</u>	<u>252.131</u>	<u>307.673</u>	<u>319.252</u>

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas (amortizadas) com base no período restante de concessão.

7. INTANGÍVEL

	2007		2006	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ágio	50.010	15.003	35.007	45.009

É relativo ao ágio que veio através da incorporação da parcela cindida da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Esse ágio foi gerado com base na expectativa de rentabilidade futura do investimento e será amortizado em 5 anos a partir de Julho de 2006.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam representados por:

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	2007	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
BNDES - "Project Finance" (a)	TJLP e UMBNDES + 5% a.a.	15/07/2011	16.852	40.366
Leasing (b)	CDI + 2,0% a.a.	05/07/2010	83	
Unibanco (c)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	731	24.500
Votorantim (c)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	356	12.000
Citibank (c)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	731	24.500
Bradesco (c)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	731	24.500
Itaú (c)	CDI + 1,0% a.a.	29/11/2010	731	24.500
Total			<u>20.215</u>	<u>150.366</u>

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	2006	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
BNDES - "Project Finance" (a)	TJLP e UMBNDES + 5% a.a.	15/07/2011	16.839	56.613
Leasing (b)	CDI + 2,0 a.a.	05/07/2010	78	
Total			<u>16.917</u>	<u>56.613</u>

- a) Contrato de abertura de crédito firmado junto BNDES em 11 de maio de 2001 para financiamento das obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração das rodovias operadas pela Sociedade, além de recursos para financiamento de equipamentos cadastrados no programa de Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME. Esta operação está garantida por avais dos acionistas.
- b) Passivo registrado com base na parcela incorrida.
- c) Cédula de crédito bancário firmado pela Sociedade junto a bancos privados em 27 de setembro de 2007 para pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos à sua controladora. Estas operações estão garantidas por aval dos acionistas. Só isso de garantias.

Em 31 de dezembro de 2007 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo, apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2007</u>
2009	16.619
2010	126.619
2011	<u>7.128</u>
Totais	<u>150.366</u>

Vinculados à obtenção do financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Sociedade e seus acionistas também assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro e econômico constante no contrato:

Da sociedade:

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere a R\$ 3.000 reajustados pelo IGPM, sem autorização expressa do BNDES;
- Depositar toda a receita de pedágio em uma única conta bancária, determinada no contrato. O BNDES poderá cobrar as parcelas diretamente nesta conta;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao poder concedente;
- Manter em uma conta reserva parte dos recursos arrecadados, dentro de limites fixados pelo contrato, que são de uma a três vezes o valor das prestações, incluindo principal e juros, sendo que uma prestação poderá ser substituída por carta fiança; e
- As despesas com a operação e manutenção do lote 6 (Rodovia Anhanguera, trecho de Cordeirópolis a Santa Rita do Passa Quatro) operado pela Intervias, ficam limitadas a R\$ 2.700 mensais. Este valor é reajustado por ocasião das alterações nas tarifas de pedágio, sendo que em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 correspondiam a R\$ 5.218 e R\$ 4.997, mensais, respectivamente.

Dos acionistas:

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado;
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto;
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;

- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos; e
- Manter caucionados em favor do BNDES, durante a vigência deste contrato, a totalidade das ações ordinárias.

9. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas nos semestres findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e os saldos correspondentes, naquelas datas, estão demonstrados a seguir:

	2007					Saldo de fornecedores
	Serviços prestados em conservação de rotina/investimentos	Despesas de aluguel	Receitas (despesas) financeiras	Outras contas a receber	Realizável a longo prazo	
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda.		54	(290)	1.330		
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	1.031					100
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	5.488					410
Autovias S.A.			1.548		14.379	
Total	<u>6.519</u>	<u>54</u>	<u>1.258</u>	<u>1.330</u>	<u>14.379</u>	<u>510</u>

	2006					Exigível a longo prazo
	Serviços prestados em conservação de rotina/investimentos	Despesas de aluguel	Receitas (despesas) financeiras	Realizável a longo prazo	Saldo de fornecedores	
Obrascon Huarte Lain Brasil Ltda.		50	(2.414)			10.638
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	1.242				17.147	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	4.874				573	
Autovias S.A.			1.748	13.065		
Total	<u>6.116</u>	<u>50</u>	<u>(666)</u>	<u>13.065</u>	<u>17.720</u>	<u>10.638</u>

Sobre as operações de mútuo, realizadas com a Autovias S.A. incidem juros calculados na base de 100% a 101,5% do certificado de depósito interbancário - CDI contados a partir da contratação, com amortização a partir de janeiro de 2008.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Baseada na opinião dos advogados da Sociedade, foi constituída provisão para contingências em montante considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis e trabalhistas em andamento.

A movimentação do saldo de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 é conforme segue:

	<u>2006</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>2007</u>
Cíveis	967	599		(125)	(1)	1.440
Trabalhistas	<u>493</u>	<u>61</u>	<u>(127)</u>	<u>(15)</u>	<u>(4)</u>	<u>408</u>
Total	1.460	660	(127)	(140)	(5)	1.848
Depósitos judiciais	<u>(39)</u>	<u>(50)</u>	<u>3</u>	<u>(6)</u>		<u>(80)</u>
Total	<u>1.421</u>	<u>610</u>	<u>(124)</u>	<u>(134)</u>	<u>(5)</u>	<u>1.768</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximadamente R\$ 4.028 e R\$ 1.510, respectivamente, em 31 de dezembro de 2007.

11. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - (DER - SP) pela outorga da concessão:

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam representados por:

	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Direito de outorga (1)	4.762	54.432	4.488	55.077
Parcela variável - 3% da receita operacional bruta (2)	<u>570</u>		<u>536</u>	
Total	<u>5.332</u>	<u>54.432</u>	<u>5.024</u>	<u>55.077</u>

- (1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, conforme segue:

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

- Provisão de R\$ 4.762, (a valor presente R\$ 4.636 *) em 2007 e R\$ 4.488, (a valor presente R\$ 4.371 *) em 2006 apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de janeiro a dezembro de 2008. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;
- A provisão correspondente às demais parcelas, no montante de R\$ 54.432, (a valor presente R\$ 39.961 *) em 2007 e R\$ 55.077, (a valor presente R\$ 39.551 *) em 2006, foi atualizada, com base na variação do IGP-M até o mês de dezembro de 2007.

* Para cálculo a valor presente foi considerada uma taxa de juros de 5% a.a..

Os valores a pagar serão liquidados em 145 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 133 parcelas classificado no exigível a longo prazo.

- (2) Valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 foram pagos ao poder concedente os montantes de R\$ 11.189 (R\$ 4.515 referente a direito de outorga fixo e R\$ 6.674 variável) e R\$ 10.669 (R\$ 4.426 de direito de outorga fixo e R\$ 6.237 variável), respectivamente.

12. CAPITAL

(a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está representado, por 4.352.285 de ações ordinárias nominativas, conforme segue:

	<u>Número de ações subscritas</u>	<u>Participação acionária %</u>	<u>Quantidade das ações integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	4.352.282	100	4.321.025
Conselheiros	<u>3</u>	-	-
Total	<u>4.352.285</u>	<u>100</u>	<u>4.321.025</u>

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da parcela constituída como reserva legal. A Administração da Sociedade propôs dividendos, pois conforme mencionado na nota explicativa nº. 7, por força da 12ª cláusula do contrato de concessão nº. 011/CR/2000 junto ao DER, a Sociedade somente poderá pagar dividendos, com base nos resultados apurados no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade concluiu as ampliações principais e em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, atendendo ao previsto no estatuto social, a administração propôs a distribuição de dividendos conforme segue:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
Lucro líquido do exercício	42.121		48.516	
Constituição de reserva legal	<u>(2.106)</u>		<u>(2.426)</u>	
	<u>40.015</u>	100%	<u>46.090</u>	100%
Juros sobre o capital próprio pagos	(5.309)	13%	-	
Dividendos propostos	<u>(8.677)</u>	22%	<u>(29.959)</u>	65%
Total de juros sobre capital próprio e dividendos	<u>(13.986)</u>	35%	<u>(29.959)</u>	65%

Em 27 de setembro de 2007, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária que decidiu pela distribuição dos dividendos propostos relativos ao exercício de 2006, bem como pela distribuição dos lucros acumulados pela Sociedade até o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 no valor de R\$ 82.290.

(b) Juros sobre o capital próprio

Em 21 de setembro e 30 de dezembro de 2007 a Administração propôs a seguinte distribuição de juros sobre capital próprio nos termos da Lei nº. 9.249/95, “ad-referendum” da Assembléia Geral dos Acionistas:

	<u>2007</u>
Juros sobre capital próprio pago em 2007	5.309
Valor por lote de mil ações (reais)	1.228,64

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração de resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

13. SEGUROS CONTRATADOS

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias mantém coberturas de seguros, necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, bem como para o cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela Sociedade.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: Riscos de Engenharia, Riscos Patrimoniais, Perdas de Receita, Responsabilidade Civil e Garantia de Obrigações Contratuais.

Em 31 de dezembro de 2007, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos de engenharia	23.149
	Riscos patrimoniais	7.556
	Perda de receita	49.567
	Responsabilidade civil	17.957
Seguro garantia:	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	40.967
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	48.793
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	8.706

14. OPERAÇÕES DE “SALE LEASEBACK”

Sale Leaseback

No semestre findo em 30 de junho de 2005, a Sociedade, através de operações de “Sale Leaseback”, firmou contrato de arrendamento mercantil de Sistemas de Monitoramento de Estradas junto ao Banco Itaú S.A.. Os sistemas de Monitoramento de Estradas foram vendidos a valores de mercado, e não ocorreu lucro decorrente dessa transação.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a posição relativa ao contrato de arrendamento por Sale Leaseback está representada conforme a seguir:

<u>Número do contrato</u>	<u>2007</u>		<u>2006</u>
	<u>Valor do contrato</u>	<u>Saldo devedor</u>	<u>Saldo devedor</u>
Contrato 566.950	<u>9.300</u>	<u>6.829</u>	<u>8.548</u>
Total	<u>9.300</u>	<u>6.829</u>	<u>8.548</u>

Prazo de 60 meses, com prestações mensais, a partir de 08/07/2005 até 08/06/2010. Sobre o contrato incidem encargos com base no Certificado de Depósito Interbancários - Over-Cetip.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se ao valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e juros atualizados até a data do balanço.

16. DISCUSSÃO SOBRE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Desde 14 de dezembro de 2001, encontra-se em processo de discussão na Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), minuta de deliberação sobre o pronunciamento a ser emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) propondo procedimentos contábeis para o registro de direito de outorga por concessionária de serviços públicos, cuja edição definitiva ainda não ocorreu. A Administração da Sociedade está aguardando a edição definitiva deste documento quando, só então, poderá avaliar os possíveis reflexos sobre sua situação financeira e patrimonial, a qual poderá ser relevante.
